



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.205, DE 2023

(Do Sr. José Medeiros)

Altera a Lei no 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Lei de Abuso de Autoridade, visando legitimar o uso de algemas nas hipóteses em que especifica.

DESPACHO:

APENSE-SE AO PL-5494/2005.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. JOSÉ MEDEIROS)

Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Lei de Abuso de Autoridade, visando legitimar o uso de algemas nas hipóteses em que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Lei de Abuso de Autoridade, visando legitimar o uso de algemas nas hipóteses em que especifica.

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019 – Lei de Abuso de Autoridade passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

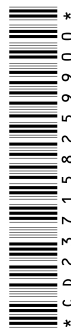
“Art. 13
.....
.

Parágrafo único. Não constitui abuso de autoridade a utilização de algemas no cumprimento de mandado de prisão, na prisão em flagrante, bem como na condução do preso, provisório ou condenado, com destino a estabelecimento penal diverso, para realização de audiência ou para o cumprimento de qualquer diligência que demande sua saída da unidade prisional.” (NR)

Art. 3º Ficam legitimadas, para todos os efeitos, inclusive nos âmbitos civil e administrativo, as utilizações de algemas ocorridas nas condições previstas no art. 1º anteriormente à vigência desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

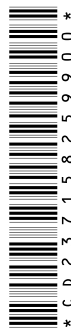


A presente proposição legislativa tem como objetivo alterar a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, conhecida como Lei de Abuso de Autoridade, a fim de legitimar o uso de algemas em determinadas situações. A justificativa para essa alteração legislativa se baseia em diversos aspectos que serão abordados a seguir.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o uso de algemas é uma medida de segurança e controle legítima e necessária em determinados momentos no contexto das atividades de aplicação da lei. Especialmente quando se trata de indivíduos que apresentam risco à integridade física dos agentes de segurança, de terceiros ou até mesmo a si mesmos, a utilização de algemas se mostra essencial para evitar fugas, resistências ou atos violentos por parte do detido.

Além disso, é fundamental considerar a Súmula Vinculante nº 11 editada pelo Supremo Tribunal Federal, que estabelece os parâmetros para o uso de algemas no sistema jurídico brasileiro. Conforme a referida súmula, o uso de algemas só é lícito em casos de resistência ou de fundado receio de fuga ou perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros. Essa excepcionalidade deve ser devidamente justificada por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, bem como de nulidade da prisão ou do ato processual correspondente. Ademais, é importante destacar que a utilização de algemas em conformidade com os critérios estabelecidos na Súmula Vinculante nº 11 não configura abuso de autoridade, garantindo assim a proteção dos direitos e a dignidade dos envolvidos, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

No entanto, ao longo do tempo, têm surgido interpretações divergentes sobre a legalidade e licitude do uso de algemas, o que tem gerado insegurança jurídica e conflitos de entendimento nos tribunais. Com a inclusão deste parágrafo único no art. 13 da Lei nº 13.869/2019, busca-se trazer clareza e segurança jurídica, estabelecendo de forma explícita que a utilização de algemas no cumprimento de mandado de prisão, na prisão em flagrante e na condução do preso, provisório ou condenado, com destino a estabelecimento penal diverso, para realização de audiência ou para o cumprimento de qualquer



diligência que demande sua saída da unidade prisional, não constitui abuso de autoridade.

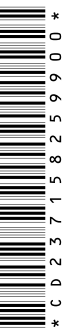
Adicionalmente, ao legitimar as utilizações de algemas ocorridas anteriormente à vigência desta Lei, evitam-se questionamentos retroativos acerca da validade e legalidade dessas ações, garantindo a estabilidade jurídica e resguardando os agentes de segurança que atuaram de acordo com a legislação vigente na época.

Portanto, este projeto de lei busca estabelecer uma norma clara e precisa no que se refere ao uso de algemas, assegurando a segurança dos envolvidos no processo de prisão e transporte de detidos, ao mesmo tempo em que resguarda os direitos e a dignidade dos indivíduos detidos. Ademais, visa proporcionar segurança jurídica, evitando controvérsias e garantindo a aplicação adequada da lei.

Pelo exposto, requeiro que os nobres Parlamentares votem pela aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado JOSÉ MEDEIROS





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 13.869, DE 05 DE
SETEMBRO DE 2019
Art. 13**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019-0905;13869>

FIM DO DOCUMENTO